

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura
e Sociedade (CPDA)



Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia relacionadas com a
agricultura

Área Temática: Agro-bioenergia/Biocombustíveis

Período de Análise: 01/07/2013 a 31/07/2013

Mídias analisadas:

Jornal Valor Econômico
Jornal Folha de São Paulo
Jornal O Globo
Jornal Estado de São Paulo
Sítio eletrônico do MDS
Sítio eletrônico do MDA
Sítio Eletrônico do MMA
Sítio eletrônico do INCRA
Sítio eletrônico da CONAB
Sítio eletrônico do MAPA
Sítio eletrônico da Agência Carta Maior
Sítio Eletrônico da Fetraf
Sítio Eletrônico da MST
Sítio Eletrônico da Contag
Sítio Eletrônico da CNA
Sítio Eletrônico da CPT
Carta Capital

Estagiária: Yohanan Barros

Índice

AMBIENTE ESTRATÉGICO EMPRESARIAL.....	4
Biodiesel.....	4
Busca por energia limpa requer desvios – Folha de São Paulo, Ambiente. 02/07/2013	4
Etanol	7
Demanda fraca por etanol frustra usinas. Fabiana Batista – Valor Econômico, Agronegócios. 15/07/2013	7
Com moagem no limite, usinas ameaçam manutenção de etanol barato. Venceslau Borlina Filho – Folha de São Paulo, Cotidiano. 15/07/2013.....	8
Outra temporada de fracos resultados para as usinas. Fabiana Batista – Valor Econômico, Agronegócios. 18/07/2013.....	9
Reformas de usinas geram mais negócios. Fabiana Batista – Valor Econômico, Agronegócios. 23/07/2013	11
Agreco vai à Justiça para evitar falência – Valor Econômico, Agronegócios. 31/07/2013.....	12
Cenário ainda adverso para construção de novas usinas. Fabiana Batista – Valor Econômico, Agronegócios. 31/07/2013.....	12
POLÍTICA NACIONAL	14
Biodiesel.....	14
Produção brasileira de biodiesel cresceu 13% de janeiro a maio, mas preço recuou. Mariana Caetano – Valor Econômico, Agronegócios. 03/07/2013.....	14
Lobby do biodiesel pressiona governo. Tarso Veloso – Valor Econômico, Agronegócios. 09/07/2013	15
Etanol	16
Governo do Rio anuncia incentivo ao setor de etanol para triplicar produção no estado – O Globo, Economia. 04/07/2013.....	16
Preço do etanol hidratado cai após 5 semanas de alta – Folha de São Paulo, Mercado. 05/07/2013	17
Sérgio Schlesinger: "biocombustíveis causam submissão econômica" – Site do MST. 08/07/2013	18
Quarta safra seguida com 'sobra' mantém o açúcar sob pressão – Valor Econômico, Agronegócios. 11/07/2013	21
Estímulo à produção de girassol em Minas. Marcos de Moura e Souza – Valor Econômico, Agronegócios. 23/07/2013.....	22
Chuvas acima da média afetam moagem e preço do etanol pode subir. Venceslau Borlina Filho – Folha de São Paulo, Cotidiano. 26/07/2013.....	24

Produzir etanol ou importar gasolina. Marcos Fava Neves – O Estado de São Paulo, Economia. 27/07/2013	25
BNDES reduz custo de financiamento para estimular setor de etanol. Denise Luna – Folha de São Paulo, Mercado. 29/07/2013.....	27
Incompetência e ideologia do governo travam a economia, diz economista. Érica Fraga – Folha de São Paulo, Mercado. 29/07/2013.....	28

AMBIENTE ESTRATÉGICO EMPRESARIAL

Biodiesel

Busca por energia limpa requer desvios – Folha de São Paulo, Ambiente. 02/07/2013

DO "NEW YORK TIMES"

Jonathan Wolfson e Harrison Dillon começaram daquele jeito mítico do Vale do Silício. Há uma década, os dois amigos de faculdade se puseram a trabalhar na garagem de Dillon, cultivando algas em tubos de ensaio, na esperança de usarem a biotecnologia para criar energia renovável. Aí encontraram um pequeno grupo de investidores.

Agora, eles lançaram seu primeiro óleo derivado de algas em escala comercial: pálido, inodoro e fornecido em um frasquinho dourado, ele não é voltado para tanques de combustível, mas para o rosto de mulheres preocupadas com o envelhecimento cutâneo.

Cada frasco de 30 ml custa US\$ 79, e, talvez graças a ele, a empresa da dupla, a Solazyme, consiga ir além do ponto onde tantas outras companhias de tecnologia limpa perderam o gás: a passagem para a produção em escala comercial.

A esperança da Solazyme é se manter à tona fabricando óleos que sirvam a diversas funções -como hidratar a pele ou substituir a manteiga e os ovos em receitas de forno. O passo seguinte é fabricar enormes quantidades de produtos de energia renovável a um preço capaz de concorrer com os combustíveis fósseis.

Há anos, gestores públicos, ambientalistas e empreendedores alardeiam a promessa de domar a energia do sol, do vento, das ondas, dos resíduos sólidos urbanos ou, agora, das algas. Desde 2007, o consumo de energia oriunda de fontes renováveis nos EUA cresceu quase 35%. Hoje, ele representa cerca de 9% do total, segundo a Administração de Informação Energética.

Mas houve fracassos proeminentes. Empreendimentos de energia limpa outrora promissores, que haviam atraído milhões de dólares em apoio do governo americano - como a fábrica de painéis solares Solyndra, a usina de etanol celulósico Range Fuels e o fornecedor de baterias A123 Systems-, faliram. A próxima geração de biocombustíveis, baseada em plantas não alimentícias, ainda luta para conseguir decolar.

O capital de risco se desacelerou, e novas empresas dessa área precisam queimar grandes volumes de capital em muitos anos de pesquisa e em equipamentos antes de comprovarem suas promessas. Em nível global, o capital de risco investido em tecnologias limpas diminuiu de US\$ 9,61 bilhões em 2011 para US\$ 7,4 bilhões em 2012, uma queda de quase um quarto, segundo o banco de dados i3 Platform, do Cleantech Group.

Por isso, as empresas de energia limpa não podem se apoiar na clássica abordagem em que os investidores recebem dividendos rápidos e polpidos. Elas precisam de uma combinação de verbas governamentais, parcerias setoriais e uma disposição para buscar linhas de produtos com maior valor agregado, como parte da rota que leva a mercados maiores, mas com margens mais reduzidas.

A história da Solazyme mostra como pode ser sinuoso o caminho que leva até tecnologias energéticas lucrativas. Quando começaram, Dillon e Wolfson cogitaram priorizar o uso de algas para produzir hidrogênio, mas os veículos movidos a hidrogênio nunca decolaram.

Os sócios da Solazyme perceberam que precisavam criar um produto que pudesse usar equipamentos e infraestrutura existentes, e o óleo combustível parecia a melhor aposta.

O problema em produzi-lo é que o volume é quem manda. Fazer um produto incrível não era o importante -se a Solazyme não conseguisse fazê-lo em quantidade suficiente, o negócio nunca teria sucesso.

O combustível celulósico pode em breve alcançar uma escala real: o Departamento de Energia dos EUA prevê que haverá 303 milhões de litros em produção comercial até 2015. Mas o uso de algas pelas empresas irá demorar até 2022, preveem as autoridades.

Na Solazyme, os sócios aceleraram os testes preliminares, tentando fazer algo que imitasse o óleo combustível existente. Eles também reprogramaram os micro-organismos para ver o que mais poderia resultar.

"A intenção era uma linha reta até os combustíveis, mas começou a ficar claro o quanto isso iria demorar", disse Wolfson, comentando a evolução da empresa até desenvolver múltiplas linhas de produtos.

A grande descoberta foi que as algas podem produzir óleos que, do ponto de vista bioquímico, se parecem muito com outros encontrados na natureza ou já em uso no mercado. Mas os sócios haviam vendido aos investidores uma empresa de energia, não uma fábrica de cosméticos, suplementos nutricionais e sabão.

Eles também haviam dito ao seu conselho que conseguiriam produzir combustível por meio da fotossíntese, mas o cultivo de algas onde houvesse luz solar suficiente exigiria enormes lagos e ameaçaria causar uma perda de vegetação.

Após procurar às pressas uma alternativa, Wolfson e Dillon informaram ao seu conselho que cultivariam as algas em tanques para produzir óleos especiais para mercados secundários, usando o faturamento dessas vendas para amparar o negócio de combustíveis durante o seu desenvolvimento. Seus principais patrocinadores, que já haviam investido juntos cerca de US\$ 1,3 milhão, concordaram em financiar novos testes para essa ideia.

Vários conselheiros acabaram saindo, e vários investidores de risco que haviam demonstrado interesse nas rodadas preliminares de financiamento se retiraram pelo fato de os criadores insistirem em perseguir múltiplos mercados, segundo Wolfson.

"É bem verdade que, se você tenta fazer coisas demais e não tem um enfoque enquanto companhia, você vai fracassar -o enfoque realmente importa", disse ele. "O que eles realmente não entenderam é que a nossa plataforma é uma plataforma que está focada na produção óleos."

A empresa tem um acordo de vários anos com o conglomerado japonês Mitsui para desenvolver óleos específicos para os mercados químico e industrial. Em parceria com a Solazyme, a Bunge, multinacional gigante do setor agroalimentar, está construindo uma fábrica ao lado da sua usina de etanol de cana no centro-sul do Brasil. Ela vai usar o açúcar para alimentar as algas e espera produzir até 114 milhões de litros de óleo por ano para produzir sabão e outros produtos.

"Quanto maiores os dividendos que pudermos demonstrar de cada fábrica no começo, mais rápido conseguiremos financiar e construir fábricas", disse Wolfson. A empresa espera vender os óleos cosméticos a um preço 60% superior ao valor de custo, frente a 30% de lucro para os combustíveis e produtos químicos e 40% para os produtos nutricionais.

Uma tentativa de diversificação caiu por terra em 24 de junho, quando a Solazyme dissolveu uma parceria com a beneficiadora de amidos Roquette Frères.

As empresas estavam usando algas para produzir gorduras com baixo teor de saturação e óleos sem gorduras trans, além de um suplemento em pó, o Almagine, que deveria substituir ovos e gorduras saturadas. Mas as empresas disseram não ter chegado a um acordo sobre a estratégia de marketing.

Analistas dizem que as cifras operacionais da empresa sugerem que, por enquanto, ela é mais promessa do que realidade.

No ano passado, a Solazyme teve um prejuízo líquido de US\$ 83 milhões sobre um faturamento de US\$ 44 milhões. Ela também assumiu uma dívida de cerca de US\$ 185 milhões no começo deste ano.

Mesmo assim, os analistas estão otimistas com as perspectivas da empresa, embora alguns manifestem ceticismo quanto à possibilidade de a Solazyme algum dia desenvolver combustíveis.

"Os combustíveis ainda são uma oportunidade para eles", disse Rob Stone, analista de pesquisas que monitora tecnologias limpas. Mas ele acrescentou que a nova capacidade produtiva em escala comercial poderia ser usada inteiramente para satisfazer à demanda nos mercados de maior valor agregado, então talvez não faça mais sentido para a Solazyme esgotar seu espaço produtivo fabricando combustíveis com margem de lucro menor.

"Acho que eles podem fazer uma companhia enorme sem jamais fazer praticamente nada no negócio dos combustíveis."

Etanol

Demanda fraca por etanol frustra usinas. Fabiana Batista – Valor Econômico, Agronegócios. 15/07/2013

Apesar de as vendas do etanol hidratado, que é usado diretamente nos motores de veículos, terem crescido em junho entre as associadas do Sindicato Nacional de Distribuidores de Combustíveis (Sindicom) - 24% em relação a junho de 2012 e 10% em relação a maio deste ano-, a comercialização do biocombustível a partir das usinas se manteve estagnada, para frustração do setor.

Neste ciclo, o 2013/14, é esperada uma grande disponibilidade de cana-de-açúcar que tende a ser convertida, em sua maior parte, para a produção de etanol, dado o derretimento das cotações internacionais do açúcar. Por isso, é tão importante para o setor fazer o mercado de etanol decolar.

Mas, apesar do recuo dos preços do biocombustível nos postos, a demanda não deslanchou. No mês de junho, as unidades produtoras do Centro-Sul venderam 1,030 bilhão de litros de hidratado, 3,28% abaixo do registrado em maio, segundo dados da União da Indústria de Cana-de-Açúcar.

Com a isenção do PIS/Cofins sobre o etanol, concedida pelo governo no fim de abril, a expectativa era de que o motorista brasileiro, até então demandando de 800 milhões a 900 milhões de litros por mês, ampliasse seu consumo em 30%. Isso significaria algo próximo de 1,2 bilhão de litros de etanol mensais, informa o presidente da comercializadora de etanol SCA Trading, Martinho Seiiti Ono. "Mas as vendas das usinas estagnaram na casa dos 1 bilhão de litros desde abril", diz o executivo.

Ele acredita que as chuvas ocorridas a partir do fim de maio atrapalharam a trajetória de queda do preço do etanol na usina e, por consequência, nos postos de combustíveis. Para ser considerado vantajoso ao motorista abastecer com etanol, o preço do biocombustível tem que equivaler a no máximo 69% do preço da gasolina.

Essa paridade, afirma Ono, estacionou em 65% no Estado de São Paulo, o maior mercado do país. "Esperamos que nas próximas semanas, com o clima mais seco, os preços recuem na usina e essa paridade vá a 63% ou 62%, o que deve estimular o consumo", diz.

A venda de etanol 10% maior em junho do que em maio pelas associadas do Sindicom é resultado de um ganho de participação dessas empresas. Isso porque, segundo Ono, diminuiu a concorrência desleal, ou seja, as distribuidoras que sonegavam total ou parcialmente Pis/Cofins perderam "competitividade" em etanol com a isenção.

Com moagem no limite, usinas ameaçam manutenção de etanol barato. Venceslau Borlina Filho – Folha de São Paulo, Cotidiano. 15/07/2013

DE RIBEIRÃO PRETO

O atual preço competitivo do etanol frente à gasolina não deve se repetir na próxima safra da cana-de-açúcar (2014/2015), na avaliação de especialistas do setor.

A principal causa é o risco da menor oferta do combustível em função da falta de capacidade de moagem das usinas, que já operam no limite, segundo os especialistas.

Com isso, a Petrobras deve aumentar ainda mais as importações de gasolina, pressionando negativamente os preços e a inflação, e causando desequilíbrio comercial.

A própria Unica (União da Indústria de Cana-de-Açúcar) já reconheceu o problema. Segundo a presidente da instituição, Elizabeth Farina, a capacidade de oferta de etanol após 2015 está "estritamente condicionada à construção de novas usinas".

O investimento no setor nos últimos anos beneficiou mais a área agrícola, sem considerar a industrial. Para a safra atual, estão previstas a entrada em operação de apenas três usinas médias e o fechamento de outras 12 unidades.

Além disso, a ausência de políticas para o etanol e o alto endividamento entre usineiros espantaram novos investidores no setor. Um dos reflexos é a queda na produção de máquinas e equipamentos para usinas em Sertãozinho (veja texto ao lado).

"A capacidade industrial total de moagem de cana não é maior do que 700 milhões de toneladas, o que já está muito perto da quantidade esperada para a safra 2013/2014, de cerca de 650 milhões de toneladas", disse Elizabeth à Folha.

INVESTIMENTOS JÁ

Para o consultor e professor da USP, Marcos Fava Neves, os problemas surgirão já na próxima safra. A estimativa dele é que o deficit industrial chegará a 150 milhões de toneladas de cana em dois anos. "Já pode sobrar cana em 2014", disse ele.

Para reverter o diagnóstico, segundo o consultor Fábio Meneghin, da Agroconsult, a decisão sobre investimentos em novas usinas tem que ser feita agora.

"No entanto, o setor está em marcha lenta, sem conseguir investir", disse ele, que integra a holding Plataforma Agro, onde Marcos Jank, ex-presidente da Unica, é sócio.

De acordo com dados da Unica, desde 2007, a capacidade de moagem na região Centro-Sul, a de maior produção no país, foi reduzida em 48 milhões de toneladas com o fechamento de 39 usinas desde 2007.

Segundo Meneghin, as medidas tomadas até agora pelo governo --isenção de PIS/Cofins no etanol, redução de juros em financiamentos para renovação de canaviais e o aumento para 25% do etanol na gasolina-- incentivaram apenas a parte agrícola.

No ano passado, os desembolsos do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) para a área agrícola da cana-de-açúcar cresceram 28% (para R\$ 1,2 bilhão), enquanto que para a indústria caíram 44% (para R\$ 2,3 bilhões).

Outra temporada de fracos resultados para as usinas. Fabiana Batista – Valor Econômico, Agronegócios. 18/07/2013

Assim como quem corre numa esteira ergométrica, as usinas de cana-de-açúcar do Centro-Sul do Brasil tendem, apesar do esforço, a permanecer no mesmo lugar nesta safra 2013/14. No melhor dos cenários, isso quer dizer repetir os resultados do ciclo anterior. A premissa, válida para os eficientes, significa que as empresas devem novamente ver seus ganhos de escala serem anulados por custos crescentes e preços do açúcar em declínio.

Para especialistas, será uma safra mais desafiadora que a anterior, marcada por baixa geração de caixa e endividamento persistente. Isso porque os preços do açúcar estão 27% mais baixos e a demanda por etanol segue fraca, apesar dos preços mais convidativos ao consumidor. "A safra será mais alcooleira, mas a demanda pelo biocombustível ainda não cresceu como se esperava. A receita das usinas deve ser maior, pois há mais cana para moer. No entanto, a tendência é de margens acanhadas", diz o diretor-executivo do Grupo USJ, Narciso Bertholdi.

Os balanços publicados em diários oficiais pelas usinas de médio porte com capital fechado referentes à safra 2012/13 confirmaram o que já se vinha antevendo a partir dos balanços trimestrais divulgados pelas grandes companhias do setor: a geração de caixa da operação não cresceu. Análise com cinco grupos médios (entre 7 milhões e 10 milhões de toneladas de capacidade/ano) mostrou que a geração de caixa operacional de todos eles caíram, em alguns casos, mais de 50%.

Todos os cinco grupos registraram também dívida líquida de 7% a 51% maior, resultado da necessidade ainda elevada de investimentos na operação. "Na safra passada, os aumentos de custos consumiram ganhos de escala e os custos unitários ficaram no mesmo patamar", explica o sócio da consultoria FGAGRO, Luiz Gustavo Torrano Correa.

Com três usinas que somam capacidade de moagem de 9 milhões de toneladas de cana por safra, o grupo paulista Clealco conseguiu no exercício encerrado em 31 de março deste ano reduzir a R\$ 73,58 por tonelada o custo total de seus produtos vendidos - que no ciclo anterior havia sido de R\$ 79,72 por tonelada. "O custo subiu, mas ao moer mais cana, conseguimos diluí-lo", explica o contador do grupo Clealco, Mário Henrique Sellis Porteira.

A geração de caixa vinda da operação, no entanto, caiu 36%, para R\$ 182,1 milhões em 2012/13. Parte dessa retração, afirma Porteira, pode ser explicada pela diferença de estoques entre as duas safras. Em 31 de março de 2012, os armazéns da empresa

estavam vazios. Já em 31 de março deste ano, havia armazenado produtos com custo de R\$ 10 milhões e valor de mercado próximo de R\$ 30 milhões, segundo o contador.

Além das dificuldades operacionais, um dos grupos avaliados também enfrenta um profundo ajuste financeiro. A Renuka do Brasil, empresa com duas usinas em São Paulo controladas pela indiana Shree Renuka Sugars, conseguiu recuperar a moagem - que saiu de 6 milhões para 7,250 milhões de toneladas- e comemorou redução de custos da ordem de 12% a 15%, segundo o presidente da empresa, Paulo Zanetti.

No entanto, preços mais baixos do açúcar limitaram a geração de caixa operacional a R\$ 224 milhões, 54% de queda. Além disso, a necessidade de investimentos ainda é grande. A empresa aplicou, na safra 2012/13, R\$ 159 milhões em "ativos imobilizados" e R\$ 170 milhões na área agrícola, montantes que, se somados, superam a geração de caixa operacional. Exercem ainda um grande peso as despesas com pagamento de juros. Em 2012/13, a Renuka do Brasil teve prejuízo financeiro de R\$ 246 milhões.

Apesar da capitalização de R\$ 180 milhões - informada em seu balanço como "adiantamento para futuro aumento de capital", a Renuka do Brasil verificou ao fim de março deste ano um aumento de 7,4% em sua dívida líquida, para R\$ 1,4 bilhão - R\$ 350 milhões no curto prazo.

Com exceção da Renuka do Brasil, os outros grupos que fazem parte da análise são tradicionais produtores de açúcar e etanol do Centro-Sul. Apesar da presença da família nos negócios, esses grupos são conhecidos no mercado pela boa gestão operacional e financeira, o que, no entanto, não os isentou de resultados mais retraídos.

A Usina Colombo, grupo tradicional com três usinas em São Paulo, teve um lucro 76% menor em 2012 (ano civil) e suas operações acabaram tirando do caixa R\$ 180,5 milhões, após o pagamento de juros e impostos sobre o lucro. No exercício anterior, a operação havia gerado R\$ 26,6 milhões.

O diretor-superintendente do grupo, Gilberto Colombo, observa que os preços do etanol e principalmente os do açúcar recuaram muito no último ciclo. Para 2013/14, ele não vê melhora de cenário. Colombo espera até um faturamento bruto 10% maior, uma vez que a moagem vai subir para 8 milhões de toneladas, ante as 7,250 milhões de 2012/13. "Mas a lucratividade não será melhor", afirma.

O caixa gerado pela operação do grupo USJ também foi menor no ciclo 2012/13 do que no anterior. O grupo, um dos mais tradicionais do país, controla uma usina de cana em São Paulo e tem 50% de uma joint venture (SJC Bioenergia) também em processamento de cana-de-açúcar, em Goiás, com a multinacional Cargill.

No exercício encerrado em 31 de março deste ano, a atividade operacional gerou R\$ 151 milhões ao caixa do USJ, queda de 48%. A redução da geração de caixa operacional está diretamente ligada ao menor lucro do exercício. Foi também impactada pelo fato de que, na segunda metade da safra, a unidade de Goiás passou a ser apenas 50% consolidada no balanço da empresa.

Da mesma forma, o grupo Zilor também teve um menor caixa líquido gerado a partir de suas operações. Esse montante recuou para R\$ 214,7 milhões, 43% de queda em relação ao caixa operacional líquido do ciclo anterior. A empresa informou que a redução se deveu ao fato de no exercício anterior ter havido a contabilidade de 15 meses de operação. Além dessa diferença de três meses, o desempenho também foi impactado pelo ajuste de seu ativo biológico (canavial), que foi negativo em R\$ 89,4 milhões.

Reformas de usinas geram mais negócios. Fabiana Batista – Valor Econômico, Agronegócios. 23/07/2013

As empresas que produzem equipamentos para usinas de cana-de-açúcar esperam movimentar entre agosto e o fim da próxima entressafra, em março de 2014, em torno de R\$ 2,2 bilhões em encomendas de equipamentos e contratação de serviços relacionados à cadeia sucroalcooleira. O número é 10% maior que os R\$ 2 bilhões registrados no mesmo período do ano passado.

Segundo o gerente-executivo do Centro Nacional das Indústrias do Setor Sucroenergético (Ceise), Sebastião Macedo, a movimentação tende a ocorrer a partir da realização da Fenasucro, feira de equipamentos organizada pela entidade e marcada para ocorrer entre 27 a 30 de agosto, em Sertãozinho (SP). "É no evento que as usinas decidem os investimentos que vão fazer na manutenção da indústria e também em máquinas usadas na área agrícola", explica Macedo.

O presidente do Ceise, o empresário Antônio Toniolo Filho, explica que o crescimento de 10% decorre da expectativa de que as usinas de cana vão precisar intensificar na entressafra de 2013/14 a manutenção de equipamentos. "Descapitalizadas, usinas deixaram de fazer todas as reformas necessárias na área industrial nos últimos anos. Agora, devem elevar investimentos na manutenção", afirma Toniolo Filho. A mecanização da colheita da cana, que traz mais impurezas para a indústria, também ampliou a deterioração do maquinário, elevando a necessidade de reformas, diz ele.

O desafio agora, diz Sebastião Macedo, será o de gerar capital de giro às indústrias de equipamentos para que elas possam aceitar os pedidos que devem ser fechados a partir de agosto. "Boa parte dessas empresas estão alavancadas e com as garantias já comprometidas com outros empréstimos. Não conseguem captar mais recursos", afirma. Por isso, explica ele, o Ceise pediu ao governo a criação de um fundo garantidor para servir de avalizador desses novos empréstimos de capital de giro. "Sem isso, vai ficar difícil ao setor negociar contratos de venda de equipamentos em condições razoáveis de mercado", afirma Macedo.

A estimativa do Ceise é de que as usinas invistam de 7% a 10% do faturamento anual em reforma e manutenção da indústria. Toniolo Filho esclarece que, por enquanto, não há expectativa de investimentos na construção de usinas novas. O momento é de busca de eficiência, segundo ele. "Mas o próximo passo terá de ser a ampliação industrial. A capacidade está próxima do limite", diz.

Agrenco vai à Justiça para evitar falência – Valor Econômico, Agronegócios. 31/07/2013

Após ter seu plano de recuperação negado pelos bancos na sexta-feira e visto crescer consideravelmente o risco de uma falência, a Agrenco declarou que "confia na Justiça" e que vai tomar "todas as providências necessárias para obter a recuperação dos negócios".

Em entrevista ao Valor, a advogada da Agrenco Limited, Lucia Figueirêdo, afirmou que as subsidiárias da companhia no Brasil - em recuperação judicial desde 2008 - ingressaram com uma petição junto à 1ª Vara de Falências e Recuperações de São Paulo solicitando a homologação do plano que propõe a reestruturação da dívida de quase R\$ 1,2 bilhão.

A advogada afirmou que o plano apresentado aos credores "reflete a absoluta viabilidade econômica da companhia" e criticou a postura dos bancos. "O caso Agrenco ficará na história jurídica empresarial de como a Lei de Falências, que tem por objetivo viabilizar a superação da crise econômico financeira do devedor, pode ser manipulada pela atuação predatória de credores financeiros".

Lucia Figueirêdo disse ainda que a companhia "tomará as medidas judiciais cabíveis" caso a falência seja decretada.

A Agrenco havia proposto pagar cerca de 42% de sua dívida num prazo de até 12 anos. Os credores da classe III, sem garantia, receberiam, em média, 21,5% (cerca de R\$ 182 milhões) de um total de R\$ 850 milhões em até 10 anos.

Para isso, os credores teriam de trocar a dívida das subsidiárias da Agrenco no Brasil por debêntures, notas promissórias e bônus emitidos por três novas empresas, liberando as companhias atuais do processo de recuperação judicial.

Os bancos alegaram que o modelo criava uma "insegurança jurídica" em relação às garantias de recebimento. Para a Agrenco, "não havia motivos para a recusa do plano", pois "a maioria dos ajustes propostos pelos credores foram aceitos" pela companhia. (GFJ)

Cenário ainda adverso para construção de novas usinas. Fabiana Batista – Valor Econômico, Agronegócios. 31/07/2013

Apesar da conjuntura mais positiva para o etanol no curto prazo, decorrente dos incentivos governamentais concedidos neste ano, o retorno proporcionado pela construção de usinas novas de cana-de-açúcar continua baixo no país. Os preços deprimidos do açúcar no mercado internacional e outros riscos associados à atividade se juntam à conjuntura negativa que segue turvando a visão do investidor.

O banco Credit Suisse divulgou um estudo que, com base nas cotações atuais do açúcar e do etanol, conclui que o retorno vindo da construção de uma usina no Brasil é negativo em 1,1% em termos reais se for considerada uma alavancagem de 50%, nível que o banco considera ser muito baixo para encorajar expansões.

Para reverter essa tendência, o preço do açúcar teria que alcançar, no mínimo, 21 centavos de dólar por libra-peso (com câmbio de R\$ 2,20). Os preços do etanol deveriam ficar estáveis em termos reais.

Mas, além dessas premissas, os investidores precisariam levar em conta outros riscos associados a um projeto greenfield no Brasil, segundo o Credit Suisse. Entre eles, o risco climático, os custos com fertilizantes, o controle do governo nos preços da gasolina e os gargalos logísticos.

Para o banco, a dinâmica de oferta e demanda do açúcar é desafiadora no curto prazo - mas, no entanto, deve melhorar. Isso porque os preços baixos da commodity devem desencorajar o aumento da oferta no mundo. Assim, como consequência de uma oferta estável com uma demanda crescente, o banco espera preços do açúcar em recuperação leve na safra 2013/14, eventualmente convergindo para 20 centavos de dólar por libra-peso em 2014/15.

Diante desse cenário ainda fraco para o setor, o banco projetou uma perspectiva de neutralidade para a performance de duas das três companhias das quais acompanha em seus relatórios. A Cosan, que não está muito exposta ao setor de açúcar e etanol por ter diversificado para distribuição de combustíveis e logística, é a única para a qual o Credit Suisse projeta uma performance acima do mercado, equivalente à recomendação de compra (outperform). O preço-alvo para a ação dessa companhia nos próximos 12 meses é de R\$ 59, o que significa uma expressiva valorização de 36% em relação ao nível atual.

Para a Adecoagro, empresa que produz grãos, açúcar e etanol, controlada pelo megainvestidor George Soros e capital aberto na bolsa de Nova York, a indicação do Credit Suisse é de neutralidade e preço-alvo de US\$ 7,50 por ação, 13% de aumento em relação aos níveis atuais.

Em relação à brasileira São Martinho, única puramente sucroalcooleira na bolsa de valores de São Paulo, o banco reconhece os níveis elevados de competitividade da companhia, no entanto, acredita que a maior parte do valor já está precificado no papel. Ainda assim, apesar da perspectiva de neutralidade, o Credit Suisse projeta preço-alvo de R\$ 30 por ação, o que significa uma valorização de 20% em relação aos níveis atuais.

Numa perspectiva mais de longo prazo, o Credit Suisse considera que o mercado de etanol hidratado no Brasil tem potencial para atingir 16 bilhões de litros em 2017. A projeção se baseia na perspectiva de crescimento da frota flex-fuel, e significa impulsionar em 51% o consumo de hidratado em cinco anos - contados a partir de 2012. Para a gasolina e o anidro, a instituição estima aumento de 3% ao ano no mesmo

período. "O efeito da frota-flex na demanda interna não é fácil de calcular e pode mudar dramaticamente, conforme o comportamento dos preços do hidratado em relação à gasolina", avalia o banco em relatório.

A instituição projeta ainda que o Brasil deveria processar 720 milhões de toneladas de cana-de-açúcar em 2017/18 (aumento de 5,1% de 2010/11 a 2015/16) para atender à demanda projetada de 16 bilhões de litros de hidratado, 10 bilhões de litros de anidro e de 44 milhões de toneladas de açúcar em 2017.

No entanto, para expandir a capacidade instalada para 710 milhões de toneladas, o país deveria investir US\$ 19 bilhões, sendo US\$ 12 bilhões para construção de 39 novas usinas (cada uma de 4 milhões de toneladas), e US\$ 7 bilhões para plantio de cana.

No curto prazo, o Credit Suisse, em um cenário mais moderado, projeta uma moagem de 580 milhões de toneladas de cana-de-açúcar para esta safra 2013/14 no Centro-Sul. Considerando uma quantidade de açúcar na cana (ATR) de 140 quilos por tonelada e um mix de 46% para açúcar, o volume de açúcar produzido na região seria de 35,6 milhões de toneladas e de etanol, de 24,5 bilhões de litros. Esses volumes significam oferta adicional de 1,5 milhão de toneladas de açúcar e 3,2 bilhões de litros de etanol.

POLÍTICA NACIONAL

Biodiesel

Produção brasileira de biodiesel cresceu 13% de janeiro a maio, mas preço recuou. Mariana Caetano – Valor Econômico, Agronegócios. 03/07/2013

A produção brasileira de biodiesel somou 1,15 bilhão de litros de janeiro a maio deste ano, 13% mais que em igual intervalo de 2012 e um recorde para o período, conforme a Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais (Abiove) com base em informações da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP).

De acordo com a associação, também houve um novo recorde mensal em abril, com a produção de 257 milhões de litros do biocombustível. A região Centro-Oeste continua líder na oferta, com quase 494 milhões de litros no acumulado do ano. Na sequência aparecem as regiões Sul, com 381 milhões de litros, e Nordeste, com 134 milhões. Entre os Estados, o Rio Grande do Sul respondeu por 29% do volume produzido de janeiro a maio de 2013, seguido por Goiás (21%) e Mato Grosso (16%).

De acordo com a Abiove, o crescimento da produção brasileira de biodiesel acompanha a tendência de elevação no consumo de diesel do tipo B, resultado da mistura de 95% de diesel comum com 5% de biodiesel. De janeiro a maio de 2013, a demanda doméstica por diesel aumentou 6,7% na comparação com o mesmo intervalo do ano passado.

O óleo de soja segue como a principal matéria-prima para a produção de biodiesel. De acordo com os dados disponíveis até o momento, de janeiro a abril a oleaginosa - carro-chefe do agronegócio nacional - foi a fonte de 71% do biocombustível fornecido, seguido pelo sebo bovino, com uma fatia de 20%.

No que diz respeito ao preço do litro, o valor pago vem em trajetória descendente, de acordo com a Abiove. O preço médio do litro negociado no 31º Leilão de Biodiesel ANP, cujos volumes serão entregues entre os meses de julho e agosto de 2013, foi de R\$ 1,94, uma queda de 22% em relação ao mesmo período de 2012.

Independentemente dessa queda de preços, as empresas que produzem biodiesel no país continuam a pressionar o governo federal por uma elevação do percentual obrigatório de mistura de biodiesel no diesel para 7% ainda neste ano. Existe ampla capacidade ociosa para tal.

Lobby do biodiesel pressiona governo. Tarso Veloso – Valor Econômico, Agronegócios. 09/07/2013

Apesar da pressão e da elevada capacidade ociosa do setor produtivo, o governo federal não tem pressa em enviar o marco regulatório do biodiesel para o Congresso, afirmou ontem o presidente da Frente Parlamentar do Biodiesel, deputado Jerônimo Goergen (PP/RS). Nesse contexto, ele cobrou um posicionamento oficial em relação aos recorrentes pedidos das empresas do ramo de aumento da mistura obrigatória de biodiesel no diesel fóssil - de 5% para 7% ainda neste ano.

Goergen lembrou que o país continua importando diesel comum, que é cerca de 60 vezes mais poluente que o biodiesel, e que o custo desse combustível importado chega a R\$ 1,93 por litro, enquanto o biodiesel tem custo de produção de R\$ 1,79 por litro. Nos últimos leilões da ANP, o litro saiu por R\$ 1,94. Entre 2008 e 2012, a produção nacional de biodiesel, como já reconheceu o governo, evitou gasto de US\$ 7,5 bilhões com importações.

"O setor do biocombustível gera 100 mil empregos e beneficia mais de 105 mil famílias de pequenos agricultores", afirmou o deputado. "Enquanto isso, temos empresas com capacidade ociosa deixando de gerar empregos", acrescentou Goergen. Parte da resistência do governo decorre de questões técnicas e de qualidade que o segmento garante que estão resolvidas.

Em entrevista recente ao Valor, Julio Minelli, diretor-superintendente da Associação dos Produtores de Biodiesel do Brasil (Aprobio), realçou que a capacidade autorizada pela ANP chega a 7 bilhões de litros por ano, mas que a produção ficou em 2,7 bilhões em 2012.

Na semana passada, a presidente Dilma Rousseff se reuniu com representantes do segmento para discutir o aumento da mistura para 7%, mas até agora não houve uma sinalização concreta nesse sentido. Goergen e outras fontes do segmento afirmam que o

principal obstáculo para o incremento do percentual está no Ministério da Fazenda. Há preocupação com a inflação, mas estudo encomendado pela Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais (Abiove) à Fundação Getúlio Vargas (FGV) apontou que não haveria pressão "altista" significativa.

Além de defender que a participação do biodiesel na composição do diesel vendido nos postos de combustíveis aumente imediatamente para 7%, a frente parlamentar pretende estabelecer, no novo marco regulatório, um cronograma para que a fatia salte para 20% nos próximos anos. O horizonte traçado para isso é 2020. (Colaborou Fernando Lopes, de São Paulo)

Etanol

Governo do Rio anuncia incentivo ao setor de etanol para triplicar produção no estado – O Globo, Economia. 04/07/2013

Serão disponibilizados R\$ 18 milhões em convênios para aumentar produção de etanol no estado. Primeiros resultados devem aparecer no início de 2015

Rio de Janeiro produz apenas 0,5% do total do etanol brasileiro e consome 6% da produção nacional

RIO - O governo do Rio concedeu nesta quinta-feira (04) novo incentivo para o setor de etanol, após ter reduzido o ICMS sobre a produção do combustível no estado de 24% para 2% ano passado. Desta vez, foram disponibilizados R\$ 18 milhões em convênios entre a Agência Estadual de Fomento (AgeRio), a Caixa Econômica Federal (CEF) e a Cooperativa Agroindustrial do Estado (Coagro), que reúne 9 mil plantadores de cana do Norte Fluminense.

Num dos convênios, a AgeRio financiará R\$ 6,19 milhões para a compra de máquinas colheitadeiras de cana-de-açúcar, tratores, caminhões e outros equipamentos. Já R\$ 12,5 milhões da Caixa financiarão investimentos no plantio e no custeio de insumos da cana. Junto com a redução do ICMS, a intenção é triplicar a produção atual no Rio. Hoje, o estado produz apenas 0,5% do total do etanol brasileiro, enquanto consome 6% da produção nacional.

— A redução do ICMS permite que os produtores tenham uma melhor margem de lucro. Já mercado consumidor os números mostram que há. O que faltava era financiamento — disse durante a assinatura dos contratos, no Palácio Guanabara, o secretário de Desenvolvimento, Julio Bueno, afirmando que o incentivo tributário concedido ano passado vem resultando em investimentos em novas usinas e na geração de empregos.

A safra de cana-de-açúcar avança para níveis recordes, o governo reduz a alíquota do PIS e da Cofins e aumenta o percentual da mistura do etanol com a gasolina. Mesmo

assim, o consumidor praticamente não sente o resultado. Entre abril e maio, o valor praticado pelos produtores de etanol hidratado caiu cerca de 20%, enquanto a queda no caso do anidro (adicionado à gasolina) foi de aproximadamente 7%.

Com o novo incentivo, o Rio começa sua empreitada para elevar a produção e também ajudar a conter os preços na bomba. A expectativa é que, em dez anos, dobre a área de produção de cana no Rio, de 60 mil hectares atualmente para 120 mil hectares.

Além disso, de acordo com a Secretaria Estadual de Agricultura, hoje já é obtida uma produtividade de 75 toneladas de cana por hectare, ante 62 toneladas no passado. A expectativa é de que a partir do financiamento ao plantio anunciado nesta quinta-feira, os produtores possam adquirir mais máquinas, modernizar técnicas e diversificar as variedades de cana. A secretaria trabalha com a possibilidade de elevar a produtividade para 95 toneladas por hectare nos próximos anos.

— Até o início de 2015, quando começa a ser colhida a safra que receberá os investimentos gerados a partir desse novo convênio, já poderemos perceber claros resultados — disse o secretário de Agricultura, Christino Áureo.

Acordo marca entrada definitiva da CEF no crédito rural

Já representantes da Caixa no evento ressaltaram que o convênio com o Rio é o primeiro grande acordo com um estado para o agronegócio. E depois de, na safra 2012-2013 a CEF atuar apenas num projeto piloto desenvolvido em 62 agências, o novo convênio assinado nesta quinta-feira inaugura a ampliação dos investimentos do banco nas operações de crédito rural.

Para a safra 2013-2014, iniciada esta semana, o banco pretende aplicar R\$ 3,7 bilhões em recursos para custeio agrícola e pecuário, além de operações para compras de máquinas e equipamentos, aquisição de animais e projetos de infraestrutura rural. As linhas de crédito estão disponíveis em cerca de mil agências da Caixa.

Preço do etanol hidratado cai após 5 semanas de alta – Folha de São Paulo, Mercado. 05/07/2013

Os preços do etanol hidratado no Estado de São Paulo encerraram a semana em queda após cinco altas semanais consecutivas, informou nesta sexta-feira (5) o Cepea (Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada).

A queda do preço médio do etanol nas usinas ocorreu após ganhos registrados na esteira do tempo chuvoso, o que limita as operações de colheita de cana e afeta a oferta do combustível.

O indicador Cepea/Esalq do etanol hidratado (usado no flex) para o Estado de São Paulo caiu 0,85% em relação à semana anterior, para 1,1532 real/litro (sem impostos, na usina).

No caso do anidro (misturado à gasolina), o indicador fechou a 1,3212 real/litro, alta de 0,42% na comparação com a semana anterior.

O Cepea não divulgou mais informações.

Sérgio Schlesinger: "biocombustíveis causam submissão econômica" – Site do MST. 08/07/2013

Do IHU Online

A proposta do governo federal, de tornar o Brasil um grande exportador de etanol, deve ser entendida como um “problema” para o país, diz Sérgio Schlesinger (foto abaixo) à IHU On-Line, em entrevista concedida por telefone. Na avaliação dele, “o país está mais uma vez sendo submetido a um modelo baseado na produção e exportação de commodities, o que não é recomendado do ponto de vista econômico”.

Na entrevista a seguir, ele assinala as implicações socioambientais da expansão da soja no Mato Grosso e critica os investimentos no desenvolvimento de monocultivos. “Esse caminho de investir no agronegócio é prejudicial do ponto de vista social, porque não gera empregos.

De certo modo, os problemas sociais nas grandes metrópoles são ocasionados por conta das migrações do campo, porque os agricultores não têm mais o que produzir, não têm mais terras e essas grandes monoculturas empregam pouca gente”.

Sérgio Schlesinger é economista e consultor da Federação dos Órgãos para Assistência Social e Educacional – Fase. É autor de Dois casos sérios no Mato Grosso. A soja em Lucas do Rio Verde e a cana-de-açúcar em Barra do Bugres.

Confira a entrevista.

IHU On-Line – Que percentual da região mato-grossense é ocupada pelas lavouras de soja? E por quais razões a expansão dos monocultivos avança nessa região?

Sérgio Schlesinger – Não tenho esse dado de qual é o percentual, mas sabe-se que o Mato Grosso, até o final da década, representará 40% da soja plantada no Brasil. O Cerrado é a maior área de expansão prevista, até no zoneamento da cana-de-açúcar, feito pelo governo em 2009.

A preocupação com a cana-de-açúcar no Cerrado é que 80% das usinas no Mato Grosso estão instaladas na Bacia do Alto Paraguai, onde a expansão foi proibida justamente porque essa bacia é parte importante da recarga de água do Pantanal. Então, toda a contaminação da cana-de-açúcar, além dos agrotóxicos, acaba por ameaçar a sobrevivência do Pantanal também.

IHU On-Line – Quais os desequilíbrios socioambientais causados pela expansão das lavouras de cana-de-açúcar e soja?

Sérgio Schlesinger – Nunca dá para separar a questão social da ambiental. Os agrotóxicos, por exemplo, matam a vida dos rios, as espécies marinhas. Então, há um impacto ambiental da redução da biodiversidade e, ao mesmo tempo, populações de pescadores e de indígenas, que vivem da pesca, passam a não produzir mais. Esse é um problema seríssimo na região mato-grossense, porque é onde nascem os mais importantes rios e as bacias brasileiras, os quais abastecem a Amazônia, o Sudeste, o Sul e até outros países, que estão sendo destruídos.

Não há mais peixes; uma parcela equivalente a 90% dos alimentos consumidos na região vem de fora, do Paraná, de São Paulo. Então, só se produz alimentos para exportação, alimentos para a ração animal, como o milho e a soja, frango para a exportação. Isso gera outros problemas como o de a população ter de pagar muito mais caro pelos alimentos, outros ficam sem terra, sem possibilidade de produzir, porque a sua produção é destruída por agrotóxico ou contaminada.

IHU On-Line – *Como o senhor vê a aprovação do Projeto de Lei 626/2011 pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle do Senado, que revê o zoneamento agroecológico da cana-de-açúcar e autoriza seu plantio em áreas alteradas e nos biomas Cerrado e Campos Gerais na Amazônia Legal, para estimular a produção de biocombustíveis no país?*

Sérgio Schlesinger – É um perigo. Tanto na Câmara de Deputados quanto no Senado há projetos de lei tramitando e eles vão no sentido contrário do zoneamento da cana-de-açúcar editado em 2009 como decreto e como projeto de lei. Estão tentando modificá-lo e isso é perigosíssimo.

Toda monocultura é prejudicial do ponto de vista socioambiental e, portanto, deve ser contida. O país deve produzir alimentos de maneira saudável, sem a utilização de agrotóxicos, que é obrigatória nas monoculturas e, sobretudo, na Amazônia, na Bacia do Alto Paraguai, pelas razões que eu já falei.

IHU On-Line – *Qual é o cenário atual da produção de combustíveis renováveis no Brasil, em particular de etanol e biodiesel? Economicamente, a conta é viável?*

Sérgio Schlesinger – A produção de biodiesel é um projeto da Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais – ABIOVE, na qual atuam as grandes multinacionais e algumas empresas nacionais menores. O Ministério de Desenvolvimento Agrário procurou incluir a agricultura familiar nesse projeto para gerar rendimento. Mas o que aconteceu?

Hoje, mais de 80% do biodiesel é produzido com óleo de soja, um produto da cesta básica. Então, quando pensamos na viabilidade econômica, é preciso lembrar que essa produção é subsidiada pelo governo, e que a agricultura familiar quase não participa desse projeto.

Depois do óleo de soja, a matéria-prima mais importante para a produção de biodiesel é a gordura animal, que também é comprada de grandes empresas, como a Friboi e a

Brasil Foods, processo que acaba gerando a renda concentrada. Falar em viabilidade econômica significa falar em distribuição de renda. Por enquanto, o país tem feito o contrário quando desenvolve esse tipo de modelo.

IHU On-Line – No caso específico da produção de etanol, há um discurso de que se tem uma preocupação ambiental por causa das mudanças climáticas. Essa justificativa justifica a produção?

Sérgio Schlesinger – É claro que ele é menos nocivo do que o petróleo em termos de emissão de gases de efeito estufa, mas não é neutro, porque não se leva em consideração, por exemplo, que é utilizada uma quantidade enorme de agrotóxicos, e que esses agrotóxicos são produzidos com petróleo. Também não se leva em consideração que a produção de alimento está, sim, sendo prejudicada pela expansão dos biocombustíveis.

Quando se fala em resolver o problema do aquecimento global, temos de falar em redução de consumo primeiramente. Nós temos de ter – e esse é um bom momento para falar isso – transporte público bom, precisamos ter menos automóveis, mudar nossos hábitos de consumo, além de buscar, é claro, tecnologias de produção novas e que sejam menos impactantes. Isso porque esses agrocombustíveis consomem recursos naturais importantes; eles contribuem para destruir áreas ainda preservadas e causam uma série de problemas, inclusive de emissões.

IHU On-Line – Como vê a proposta do governo de tornar o Brasil um grande exportador de etanol?

Sérgio Schlesinger – Esse é outro grande problema para o Brasil. O país está mais uma vez sendo submetido a um modelo baseado na produção e exportação de commodities, o que não é recomendado do ponto de vista econômico. Basta ver as trocas desiguais às quais o Brasil vem sendo submetido.

Para a China, por exemplo, o país exporta basicamente soja, minerais de ferro e importa tudo o que contém tecnologia e conhecimento humano, que é o que efetivamente dá valor ao que se produz. A indústria brasileira está encolhendo. Nas décadas de 1960 e 1970, os vagões das locomotivas brasileiras eram todos produzidos no Brasil; hoje, os novos são importados da China.

Então, esse caminho de investir no agronegócio é prejudicial do ponto de vista social, porque não gera empregos. De certo modo, os problemas sociais nas grandes metrópoles são ocasionados por conta das migrações do campo, porque os agricultores não têm mais o que produzir, não têm mais terras e essas grandes monoculturas empregam pouca gente.

IHU On-Line – Quais são as alternativas econômicas e produtivas mais adequadas e adaptadas à Amazônia, ao Cerrado e à região mato-grossense?

Sérgio Schlesinger – Investir no campo extrativista, agroecológico, e em tipos de produtos que gerem renda nas populações locais, que preservem o meio ambiente, em vez de fazer do campo um local para equilibrar a balança comercial, porque isso tem um custo muito elevado para nós e para as gerações futuras.

Quarta safra seguida com 'sobra' mantém o açúcar sob pressão – Valor Econômico, Agronegócios. 11/07/2013

Em baixo patamar nos últimos meses, em razão da confortável relação entre oferta e demanda que marca a safra internacional 2012/13, atualmente em seu último trimestre, as cotações do açúcar já refletem as perspectivas para a produção no ciclo 2013/14 e não encontram nessa frente muito espaço para altas significativas.

Em 2012/13, como aponta a análise mais recente do banco holandês Rabobank sobre esse mercado, o excedente, calculado em 12 milhões de toneladas, é o quarto seguido e o maior em 15 safras. Estimativas preliminares do banco holandês sinalizam que esse excedente deverá recuar para 3,7 milhões de toneladas em 2013/14 - uma queda expressiva, mas para um nível ainda elevado dada a "herança" de 2012/13 e apesar do perfil mais "alcooleiro" do ciclo canavieiro no Brasil, maior produtor e exportador de açúcar.

Conforme divulgou ontem a União da Indústria de Cana-de-Açúcar (Unica), nos três primeiros meses da temporada 2013/14, iniciada no país em abril, a moagem de cana no Centro-Sul brasileiro alcançou 180,981 milhões de toneladas, 41% mais que em igual intervalo do ciclo 2012/13. No mesmo período, a produção de açúcar na região alcançou 8,895 milhões de toneladas, um incremento de 33% na comparação.

Mesmo que as vendas de etanol (anidro e hidratado) tenham aumentado mais (58%), confirmando o perfil "alcooleiro" estimulado pela melhor remuneração proporcionada pelo biocombustível, trata-se de um crescimento considerável que mantém os preços internacionais nas cordas. A valorização do dólar em relação ao real beneficia os exportadores nesse contexto de preços baixos tanto no caso do açúcar quanto do etanol - cujos embarques aos Estados Unidos estão particularmente aquecidos.

De acordo com o Rabobank, a produção de açúcar da Índia tende a recuar 8% em 2013/14, para 23 milhões de toneladas, em razão da redução da área plantada com cana no Estado de Maharashtra, que lidera a produção do país, após uma severa estiagem em 2012. O patamar previsto é próximo do consumo, o que reduzirá o volume exportável indiano, mas com efeitos limitados no tabuleiro global - até porque o foco do país é atender sua demanda interna. Em 2012/13, a produção indiana deverá totalizar 25 milhões de toneladas, para um consumo estimado em aproximadamente 22,5 milhões.

Já a Tailândia, onde o açúcar vem ganhando importância com foco na exportação, o volume previsto deverá crescer para 11 milhões de toneladas em 2013/14, em linha com um projetado aumento de 10% na moagem de cana em relação às 100 milhões de

toneladas registradas na recém-concluída temporada 2012/13. O Rabobank enfatiza que esse salto dependerá de condições climáticas "normais". A evolução tailandesa no mercado global de açúcar é acompanhada de perto por grupos brasileiros interessados em originar a commodity no país para atender à demanda de países da Ásia.

Também chama a atenção na análise do Rabobank a estimativa de que a produção de beterraba na União Europeia deverá ocupar 1,42 milhão de hectares em 2013/14, área um pouco menor que a de 2012/13. Assim, a produção de açúcar de beterraba no bloco poderá chegar a 17 milhões de toneladas. Paralelamente, a reforma da Política Agrícola Comum (PAC) da UE segue em discussão e poderá abolir cotas de açúcar e preços mínimos da beterraba.

Os fatores da equação indicam, dessa forma, que o Brasil tende a ser o principal fator de pressão sobre as cotações internacionais do açúcar em tempos de demanda internacional incerta graças à crise europeia, à desaceleração chinesa e à lenta recuperação americana. E que o espaço para uma recuperação expressiva das cotações internacionais é mesmo bastante limitado, o que reforça a opção das companhias sucroalcooleiras brasileiras pelo etanol.

Na bolsa de Nova York, a cotação média dos contratos futuros de segunda posição de entrega do açúcar ficou em 17,9 centavos de dólar por libra-peso no primeiro semestre, o menor patamar desde o primeiro semestre de 2009. De acordo com cálculos do Valor Data, em relação à média do segundo semestre de 2012 houve queda de 13,1%. Na comparação com o primeiro semestre do ano passado, a retração foi de 20,1%. (FL)

Estímulo à produção de girassol em Minas. Marcos de Moura e Souza – Valor Econômico, Agronegócios. 23/07/2013

Alexandre Maciel, agricultor de Minas Gerais que há 15 anos cultiva milho e feijão no sudoeste do Estado, arrendou 70 hectares de terra para se arriscar em uma nova atividade. Assinou contrato com a Petrobras e no início do ano encheu a área de sementes de girassol. A empresa garante a compra de tudo o que ele produzir e Maciel, embora cauteloso, já faz as contas do que seus campos, hoje totalmente amarelos, poderão render. Em uma estimativa otimista, cerca de R\$ 50 mil - já descontados os R\$ 45 mil investidos.

"Se der certo, no ano que vem vou pegar toda a área que uso, 140 hectares, para plantar girassol", disse Maciel ao Valor enquanto caminhava ao lado de sua plantação na zona rural de São João Batista do Glória (MG), semana passada. É a primeira vez que ele investe na cultura. São João é um dos municípios mineiros onde o girassol avança. Nesta época do ano, as colinas de Passos, Alpinópolis, Pratápolis, Luz, Pimenta, Delfinópolis e de outras cidades no sudoeste e na região central do Estado também estão cobertas de flor.

Segundo as mais recentes estimativas da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), a área plantada com girassol em Minas saiu de 4,3 mil hectares, na safra 2011/12, para 10,8 mil em 2012/13 ano - um aumento de 151%. Ainda que a produção nacional da oleaginosa seja pequena, na última temporada o Estado só perdeu para Mato Grosso, que cultivou 49,4 mil hectares, 4,9% mais que em 2011/12.

Produtores de Goiás e Mato Grosso do Sul, que plantavam mais que os mineiros, reduziram suas áreas em 2012/13. A previsão da Conab é que os mineiros colham neste ano 16,2 mil toneladas de grãos de girassol, que são extraídos do miolo da flor quando ela já está seca. Na safra anterior, foram 6 mil. Mas por que em Minas Gerais cresce a empolgação com o girassol, que passou a ganhar importância - e cada vez mais adeptos - há cerca de quatro anos?

É verdade que a seu favor, conforme a Secretaria da Agricultura do Estado, está o fato de se tratar de uma planta resistente, que exige investimentos relativamente baixos e apresenta bom retorno financeiro, além de servir para melhorar a qualidade da terra, preparado-a para outras culturas. A "equação" é confirmada pelo produtor Altair Capato, um dos pioneiros no plantio no sudoeste mineiro, que em 2012/13 cultivou 250 hectares com girassol em Passos e vende sua produção para uma esmagadora em Pirassununga (SP).

Mas também é verdade que, por ter menos liquidez do que grãos mais demandados, como soja e milho, o girassol passou a contar com um importante "empurrão" da Petrobras para avançar com mais firmeza em Minas. Desde 2012, a estatal reforça uma campanha para incentivar agricultores familiares a plantar a flor. Promoveu reuniões com associações rurais, fez parcerias com revendas de insumos para a venda de sementes e pôs dois agrônomos para prestar assessoria às famílias interessadas, em uma estratégia relacionada à usina de biodiesel que mantém em Montes Claros, norte do Estado, desde 2009. As outras duas unidades de biodiesel da empresa estão na Bahia e no Ceará.

Nenhuma gota do combustível que sai de Montes Claros é feita a partir do girassol. Mas a Petrobras ajuda agricultores familiares comprando sua produção ao valor de 90% da cotação da soja na bolsa de Uberlândia e banca transporte e assistência técnica. No futuro, quando a escala aumentar, a empresa afirma que poderá usar a flor como matéria-prima alternativa para a fabricação de biodiesel na usina mineira. Mas, por enquanto, isso não é viável economicamente.

Ocorre que a estatal e outras empresas privadas que apostam em biodiesel no país têm uma vantagem prática em fomentar agricultores familiares: assegurar um selo de produtor de "biodiesel social", o que dá ao produto condições mais favoráveis na hora da venda aos distribuidores nos leilões promovidos pela Agência Nacional do Petróleo (ANP). O percentual de mistura obrigatória de biodiesel no diesel vendido no país é de 5%, e as empresas produtoras pressionam por um aumento desse limite.

Parece pouco crível que a Petrobras venha a usar nos próximos anos o girassol que subsidia aos agricultores familiares em Minas para produzir seu biodiesel. E a demanda do setor alimentício também torna mais difícil uma mudança nesse cenário. Vanya Pasa, coordenadora do laboratório de combustíveis da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), lembra que a Petrobras e outras empresas têm diversos projetos com matérias-primas alternativas para a produção do biocombustível, como dendê e macaúba. Mas em geral falta competitividade econômica mesmo para plantas que sofrem menos com a disputa da demanda da indústria alimentícia.

Do girassol se extrai um óleo leve, com menos impacto nos níveis de colesterol do que o óleo de soja, por exemplo. E por isso tem valor. Um litro de óleo de girassol refinado é vendido por cerca de R\$ 6, ante os R\$ 2,20 de um litro de biodiesel, que no Brasil é produzido sobretudo a partir da soja, o carro-chefe do agronegócio nacional.

Assim, a Petrobras também vende o girassol que recebe de Maciel e de outros agricultores mineiros com quem tem contratos para o mercado de óleo comestível. Os compradores têm sido esmagadoras paulistas, enquanto o biodiesel fabricado na usina de Montes Claros é produzido com óleo de soja, óleo de algodão e sebo de boi.

Para quem está no campo, pouco importa se sua flor amarela vai servir de mistura ao diesel vendido nos postos ou se vai para a panela. O que interessa é se alguém vai comprar sua produção. E vários agricultores de Minas se animaram a ampliar as áreas de girassol quando a Petrobras começou a comprar diretamente a produção, uma operação até então triangulada. É o caso de Adilson Tordato, de 33 anos, que ao lado do pai e dos irmãos cultiva girassol desde 2011 - sempre na "safrinha", entre fevereiro e março, no lugar de opções menos rentáveis, como sorgo ou tremoço. E ele comemora a chegada da estatal porque em 2011 mesmo levou calote de uma empresa que fazia a intermediação da compra dos grãos do girassol.

Estimativas reunidas pela reportagem dão conta que, em 2012, a Petrobras gastou R\$ 15 milhões na aquisição direta de 12 mil toneladas de grãos - de girassol, soja e mamona - dos agricultores familiares mineiros. Assistência técnica, transporte e aluguel de silos teriam consumido outros cerca de R\$ 5 milhões.

Chuvas acima da média afetam moagem e preço do etanol pode subir. Venceslau Borlina Filho – Folha de São Paulo, Cotidiano. 26/07/2013

DE RIBEIRÃO PRETO

As chuvas acima da média histórica nos meses de maio, junho e julho --períodos tradicionalmente de estiagem-- podem reverter a queda no preço do etanol verificada neste ano e reduzir as estimativas de moagem da atual safra de cana-de-açúcar.

Segundo especialistas do setor, ainda não é possível dimensionar os números, mas os prejuízos já começaram a surgir porque as chuvas reduzem a produtividade das plantas e afetam as operações industriais, aumentando os custos das usinas.

Em Ribeirão Preto (313 km de São Paulo), um dos principais polos sucroalcooleiros do Brasil, o litro do etanol é vendido atualmente ao preço médio de R\$ 1,76 --o equivalente a 64% do preço do litro da gasolina, de R\$ 2,76. Acima de 70%, o etanol passa a ser desvantajoso.

Segundo a Unica (União da Indústria de Cana-de-Açúcar), só na primeira quinzena de julho, o ATR (quilo de concentração de açúcar) por tonelada de cana caiu 0,28% em relação ao mesmo período de 2012. A moagem cresceu apenas 1,1%.

A Datagro, uma das maiores consultorias sucroalcooleiras do país, está em processo de revisão da estimativa da safra atual, "provavelmente para baixo", segundo o seu presidente, o consultor Plínio Nastari. "A revisão acontece por causa das chuvas."

De acordo com ele, os problemas de falta de produtividade e aumento dos custos diminuem a disponibilidade de etanol, pressionando a alta nos preços.

"O que aconteceu foi anormal e os resultados negativos já estão começando a aparecer", disse.

Para o pesquisador do IAC (Instituto Agrônomo de Campinas) Marcos Landell, mesmo que as chuvas parem, os prejuízos vão permanecer porque a planta vai crescer mais do que o necessário, consumindo toda sua energia e reduzindo o ATR.

"A queda na produtividade deve permanecer por semanas. Essas chuvas vão fazer com que o mês de julho e a primeira quinzena de agosto sejam perdidos para a produção e moagem de cana-de-açúcar ", disse o pesquisador.

AÇÚCAR

Nesta quinta-feira (25), segundo a consultoria Datagro, o preço da tonelada de açúcar negociada na bolsa de valores de Nova York fechou em alta de 1,54% em relação a quarta-feira (24).

Na comparação com o menor valor da semana passada, a valorização foi de 2,44%.

Para o sócio-diretor da consultoria Juliano Merlotto, a valorização pode estar ligada ao clima chuvoso e à possibilidade de geada, que podem atrasar a safra e diminuir a produção no Brasil.

O país é o maior produtor mundial de açúcar.

Produzir etanol ou importar gasolina. Marcos Fava Neves – O Estado de São Paulo, Economia. 27/07/2013

Em recente evento de etanol realizado pela UNICA em São Paulo, um técnico do ministério de Minas e Energia projetou o consumo adicional de combustíveis dos automóveis ciclo Otto (gasolina ou flex) em 25 bilhões a 30 bilhões de litros em 2020.

O objetivo deste artigo é discutir como suprir essa demanda adicional. Do lado da oferta, é fato que teremos pouco crescimento na produção de gasolina. Restariam então duas alternativas à sociedade brasileira: produzir etanol (A) ou importar gasolina (B).

Optando por A, com a ampliação e construção de novas usinas, reativando os setores de bens de capital e também o setor agrícola, trazendo milhões de hectares de pastos para a produção de cana, poderiam ser gerados quase 100 mil empregos diretos no interior do Brasil e, com esses investimentos, dar um empurrão no preguiçoso PIB brasileiro. Também geraria açúcar exportável para contribuir na balança comercial, e com a cogeração de eletricidade a partir do bagaço, desligar as caras térmicas movidas a óleo.

Pesquisa feita em Quirinópolis (GO) e em Caarapó (MS) mostrou os benefícios econômicos, sociais e ambientais do investimento em cana. Em Quirinópolis, antes de duas usinas chegarem (2005), existiam 1.000 empresas e 5 mil empregos formais. Seis anos depois, eram 3.300 empresas e 11 mil empregos, com o salário médio saltando de R\$ 700 para R\$ 1.500. A arrecadação de ISS multiplicou por 10 e a de ICMS pulou de R\$ 8 milhões para R\$ 25 milhões.

A usina de cana gera renda nova, que circula no município e é amplamente distribuída via salários, impostos e aquisições de produtos e serviços, movimentando setores como construção civil, restaurantes e comércio. Gera um efeito multiplicador: basta visitar esses municípios e conhecer o "Brasil chinês", empreendedorismo puro.

Após análise da competitividade do Brasil em diversos setores sob um enfoque internacional, fica a questão: que outra alternativa de desenvolvimento tão rápida teriam esses municípios do interior do Brasil? Imaginem o impacto de 80 novas usinas planejadas em 80 cidades do interior gerando riqueza. Fora isso, todos os países buscam ter segurança energética, e o Brasil caminha em sentido contrário.

Se a opção for B, de importar gasolina, além de abrir mão dos benefícios acima, é necessário gerar excedentes de exportação para pagar pelo combustível importado. Vale lembrar que a balança comercial apresenta em 2013 o pior resultado em quase 20 anos, fruto da perda da capacidade competitiva de nossas empresas, por fatores amplamente conhecidos.

Supondo em 2020 um preço de US\$ 1 por litro, seriam quase US\$ 30 bilhões gastos por ano para importar a gasolina. Setores que hoje conseguem exportar, que são os poucos ligados ao agronegócio (carnes bovina e suína, frango, café, papel e celulose, suco de laranja e algodão), terão que dobrar exportações em apenas seis anos somente para pagar essa gasolina, uma solicitação desejável, porém infactível. Portanto, como a sociedade brasileira pagará, se optar pela alternativa B? Existe infraestrutura logística para receber esse volume?

Ainda deve ser considerado e precificado que a opção B, uma vez que a gasolina é extremamente mais poluente que o etanol, complicará a questão ambiental.

A proposta de retomar a incidência da Cide no preço da gasolina feita pelos prefeitos, investindo e estimulando via redução de preços o transporte coletivo, poderia ter efeito neutralizado na inflação e daria grande impulso ao etanol. A sociedade precisa optar entre A ou B. Se for A, está no limite para que dê tempo, afinal faz cinco anos que esse cenário é conhecido.

Com meu viés de geração de valor e renda, empreendedorismo, desenvolvimento econômico, criação de posições de trabalho para inclusão social, potência ambiental e de segurança energética, voto A.

** MARCOS FAVA NEVES É PROFESSOR TITULAR NA FEA/USP, CAMPUS RIBEIRÃO PRETO, E PROFESSOR VISITANTE INTERNACIONAL DA PURDUE UNIVERSITY EM 2013 (MFANEVES@USP.BR).*

BNDES reduz custo de financiamento para estimular setor de etanol. Denise Luna – Folha de São Paulo, Mercado. 29/07/2013

Em mais uma tentativa de aumentar a safra de cana de açúcar no país, e com isso conseguir maior oferta de etanol no mercado, o BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) reduziu os juros do Prorenova, programa de apoio à renovação e implantação de novos canaviais lançado no não passado e que não vem conseguindo atrair produtores.

Os juros caíram de cerca de no mínimo 6,8% para 5,5% ao ano. Antes, além da TJLP (Taxa de Juros de Longo Prazo), de 5% ao ano, os clientes do banco pagavam remuneração de 1,3% ao BNDES e mais o spread do agente financeiro pelo risco do negócio, taxa que varia entre 0,5% a 2,5%.

As micro, pequenas e médias empresas pagavam um pouco menos, com a remuneração do BNDES limitada a 0,9%.

A medida segue outra adotada pelo BNDES em novembro do ano passado, que liberou a utilização da linha por empresas estrangeiras.

O Prorenova continua com dotação de R\$ 4 bilhões em 2013, o mesmo valor oferecido no início do ano passado. Em 2012, apenas R\$ 1,38 bilhão foram utilizados dos R\$ 4 bilhões oferecidos.

Os pedidos de empréstimo podem ser feitos até 31 de dezembro. O prazo de financiamento é de 72 meses, com carência de 18 meses.

O aumento da oferta de etanol é necessária para reduzir a demanda por gasolina, que tem causado prejuízo à Petrobras que é obrigada a importar o combustível fóssil.

"A etapa agrícola da produção de etanol representa quase 70% dos custos finais do produto, razão pela qual se espera que, com menor despesa financeira no plantio, haja

incremento na capacidade de investimento das usinas e produtores rurais", avaliou o banco hoje (29) em nota.

Para estimular também a inovação, o banco aumentou para 90% a possibilidade da sua participação no financiamento para os produtores que utilizarem tecnologia que ainda não caiu no domínio público.

Para os produtores que utilizarem variedades de cana com domínio público, a participação do banco será de 70%, contra os 80% anteriormente ofertados. O objetivo, explica o banco, é estimular a inovação tecnológica.

"Apesar de haver significativa criação de novas variedades de cana-de-açúcar, essas ainda são pouco difundidas pelo setor, o que pode ser evidenciado pelo fato de que cerca de 40% da lavoura ainda usar variedades de domínio público", informou o BNDES.

Segundo o banco, as variedades de domínio público foram liberadas para o plantio comercial há mais de 15 anos, o que indica acentuada desatualização tecnológica do canavial brasileiro. Essa defasagem seria a causa de menores ganhos de produtividade.

O banco informa ainda que estimativas realizadas pelo Instituto Agrônomo de Campinas (IAC) mostrou que as variedades lançadas nos últimos oito anos pelos programas de melhoramento de cana apresentam, em média, produtividade 11,2% superior às variedades liberadas no período 1994-2002.

"Isso demonstra uma correlação positiva entre atualização tecnológica e produtividade agrícola do canavial", explicou o BNDES.

Incompetência e ideologia do governo travam a economia, diz economista. Érica Fraga – Folha de São Paulo, Mercado. 29/07/2013

DE SÃO PAULO

José Alexandre Scheinkman, um dos mais respeitados economistas brasileiros, concorda com o diagnóstico de um amigo seu: a incompetência explica tanto parte das ações equivocadas quanto a falta de atitudes importantes por parte do governo.

Esse problema, somado à ideologia das administrações recentes contrária a reformas que poderiam aumentar a baixa eficiência da economia, ajuda a compreender as causas da desaceleração da atividade no país, segundo ele.

Scheinkman, que vive nos EUA e virá ao Brasil nesta semana para participar de seminário do Insper sobre produtividade, falou à *Folha* na sexta-feira por telefone.

O economista, dono de vasta produção acadêmica, deixará em setembro a Universidade de Princeton, onde se tornará professor emérito, rumo à Universidade Columbia.

Folha - Que fatores têm se mostrado mais importantes para aumentar a produtividade do trabalho?

José Alexandre Scheinkman - Todos os fatores têm importância, mas a evidência mostra um papel muito importante da educação. Para cada ano a mais de educação, a produtividade do trabalhador aumenta muito.

Obviamente, um trabalhador com mais capital à sua disposição também vai produzir mais. Mas há menos variação de capital por trabalhador entre os países do que de quantidade de educação.

Também sabemos que a qualidade da educação importa, mas temos dificuldade de medir essa qualidade.

A saúde também é muito importante. Nos países que têm melhores indicadores de saúde, os trabalhadores são mais produtivos.

Há outro aspecto da produtividade que não conseguimos explicar pela quantidade de fatores.

Se você pega duas firmas da mesma indústria, usando trabalhadores com o mesmo nível de educação e o mesmo tipo de capital, essas empresas produzem quantidades diferentes.

Isso é explicado pela eficiência no uso dos fatores, a chamada produtividade total dos fatores?

Exatamente. Há hoje muita atenção nos EUA para tentar entender quais são os fatores que tornam as empresas mais produtivas.

Como a eficiência da economia brasileira tem evoluído?

A produtividade total dos fatores, que pode ser traduzida como grau de eficiência, está estagnada ao menos desde 1989 para a economia como um todo. Mas há setores da economia brasileira que tiveram grandes ganhos de eficiência. Um é a agricultura.

Obviamente há fatores que influenciam todos os setores e toda a economia. Mas, para entender a eficiência, é importante olhar o que está acontecendo com cada setor e com as firmas de cada setor.

Um fenômeno interessante brasileiro é a existência de empresas pequenas que muitas vezes são informais, muito ineficientes e só sobrevivem por não pagar impostos. Elas trazem a produtividade média do setor em que atuam para baixo.

Mas a informalidade entre as empresas menores diminuiu.

Sim, e essas empresas melhoram ao se tornar formais. Mas, como há um tamanho máximo de faturamento para ficar dentro das faixas de tributação no Brasil, há um

desestímulo na busca por crescimento por parte dessas empresas e isso prejudica a eficiência da economia.

O ideal seria diminuir os impostos para as firmas maiores e trazê-las mais perto das outras.

Quais são as outras causas da baixa eficiência da economia brasileira?

Há os casos de proteção setorial. As pessoas esquecem que a política setorial dificulta a vida das indústrias que usam o insumo do setor protegido. Elas acabam não podendo se tornar tão eficientes quanto as de países que têm acesso ao mesmo insumo a preço relativamente menor.

A outra questão importante é o investimento em pesquisa e desenvolvimento. O Brasil tem uma estrutura científica bastante razoável se olharmos os números de doutorandos, as publicações em revistas científicas. Ainda não conseguimos criar uma estrutura de produção de pesquisa e desenvolvimento.

Esse assunto já foi muito bem estudado pelos economistas. A taxa de retorno, ou seja, o aumento de produtividade gerado pelo investimento nessa área, é enorme. E isso ocorre porque quem investe em pesquisa e desenvolvimento e recebe o retorno não é a única pessoa a lucrar.

Boa parte dos ganhos vai para outras empresas, concorrentes, outros setores que começam a se beneficiar da tecnologia desenvolvida.

Até a absorção da tecnologia vinda de fora em um país onde você já tem toda uma estrutura de pesquisa e desenvolvimento é maior. E os governos têm papel fundamental no investimento em pesquisa e desenvolvimento.

Se há tanta evidência desses benefícios, por que não se investe mais em pesquisa e desenvolvimento no Brasil?

Um amigo meu diz --e eu concordo-- que um dos grandes problemas do governo brasileiro é a incompetência. Eu não consigo explicar isso por malevolência, por um pensamento de que o governo quer um país atrasado.

Às vezes as políticas são extremamente prejudiciais ao país por incompetência --por exemplo, quando o governo controla o preço da gasolina. Isso levou ao aumento do congestionamento e da poluição e prejudicou uma das poucas tecnologias importantes criadas no Brasil, a da indústria do etanol.

Não imagino que o governo decidiu gerar essas consequências. Mas alguém teve a brilhante ideia de, entre aspas, controlar a inflação mantendo o preço da gasolina estável e não pensou nas consequências.

Há uma estagnação no processo de reformas importantes para o desenvolvimento econômico no Brasil?

As reformas começam no início do governo Collor com a abertura comercial. Depois houve um período de paralisia. E voltaram a acontecer com Itamar, o Plano Real. Em seguida, outras reformas importantes foram feitas. Esse processo foi freado a partir do segundo governo Lula.

Há seis, sete anos poucas coisas importantes estão sendo feitas. O governo tem se concentrado muito mais em políticas industriais, em intervir nos preços, em diminuir impostos setoriais e menos em resolver as grandes questões que poderiam melhorar a eficiência no Brasil, como as que eu já mencionei, e outras, como o investimento em infraestrutura.

Essa letargia tem a ver com a questão da competência que o sr. mencionou?

Há uma questão também de ideologia. Há reformas que precisavam ser feitas, mas que não atendiam à ideologia do governo. Acho que agora o governo entendeu que precisa trazer mais investimento privado para áreas como ferrovias, portos etc.

Outro problema importante é a baixa taxa de poupança. Então, o governo cobra muito imposto, mas tem gastos enormes e pouca capacidade financeira para investir, além da falta de capacidade que eu já mencionei de competência do setor público.

Esses fatores explicam a desaceleração econômica dos últimos anos?

Acho que há várias causas. Em 2008 e em 2009 a resposta à crise com política fiscal mais solta fazia sentido. O que não fez sentido foi achar que isso poderia ser permanente mesmo depois de a economia ter começado a se recuperar.

A outra é o excesso de intervenção, como o controle do preço da gasolina. Cada uma dessas intervenções, de forma isolada, pode passar a impressão de que seus efeitos não são tão graves, mas, se você junta todas, começa a ter efeito na economia. E isso é parte do que estamos vendo agora.

Além disso, também estamos sentindo o efeito da desaceleração da China, que, no entanto, não deve ser exagerado.

Coordenador
Sergio Leite

Pesquisadores

Ademir A. Cazella, Andrey Cordeiro Ferreira,
Catia Grisa, Claudia Job Schmitt, Fábio Luiz Búrigo,
Georges Flexor, Jorge Romano, Karina Kato,
Lauro Mattei, Leonilde Medeiros, Nelson Delgado,
Philippe Bonnal, Renato S. Maluf, Silvia Zimmermann

Assistentes de Pesquisa

José Renato S. Porto, Valdemar João Wesz Junior

Secretária
Diva de Faria

op
pa **Observatório de Políticas**
Públicas para a Agricultura

cpda Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais
em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade
UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Endereço: Av. Presidente Vargas, 417 / 8º andar
Centro Rio de Janeiro - RJ CEP 20071-003

Telefone: 21 2224 8577 – r. 214
Fax: 21 2224 8577 – r. 217
Correio eletrônico: oppa@ufrj.br
Site eletrônico: www.ufrj.br/cpda/oppa

